

da Gama à Índia. As condenações do empreendimento imperial que, na voz de Gama, atribui ao Velho do Restelo, têm portanto mais um valor de crítica retrospectiva das consequências do império do que do projecto imperial enquanto tal. A condenação que Camões faz, na voz dessa sua personagem do poema em que o inclui e onde lhe dá voz, por muito que a Professora estranhe, integra-se na significação totalizante do poema. Um mínimo de atenção ao texto mostra que, na voz do Velho do Restelo, Camões formula uma proposta épica alternativa à que está a condenar: o de uma guerra potencialmente mais proveitosa e eticamente mais justa contra os inimigos à porta do reino («Não tens junto contigo o Ismaelita, / Com quem sempre terás guerras sobejass? [...] / Não tem cidades mil, terra infinita, / Se terras e riquezas mais desejas? / Não é ele por armas esforçado, / Se queres por vitórias ser louvado? // / Deixas criar às portas o inimigo, / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despovoe o Reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe!» (IV, 100-101). O projecto épico alternativo (ou, no contexto mais amplo do poema, complementar) formulado na voz experiente do Velho do Restelo é precisamente aquele que Camões, nas últimas estrofes do poema, usando a sua própria voz autoral e invocando a sua própria experiência, exorta Dom Sebastião a empreender («rompendo [...] os muros de Marrocos») como a nova empresa épica digna de ser cantada (X, 155-156).

Enfim, neste, em tanto mais, bem fundamentado *Dicionário de Luís de Camões, Os Lusíadas* — seu presumível elo mais forte — mereceriam melhor. A Professora Maria Vitalina Leal de Matos culmina as suas impressões sugerindo, como se só então alguém o tivesse pensado, que «num poema que não designa nenhum herói, Camões apresenta-se com a imagem que o concretiza». Bom, sim, mas não é bem assim, há no poema muitos outros heróis, a questão é um pouco mais complicada, sobretudo quando reduzida à pergunta «Orgulho e Narcisismo?» antes de a Professora terminar, em recuperada veia identitariamente patriótica: «Seja como for, Portugal sempre o amou perdidamente, e anseia por merecer a obra e o génio que lhe foi dado.» Pois é, mas só segundo o amor tiver...

Helder Macedo

[O Autor segue a antiga ortografia.]

* *Dicionário de Camões*, coord. Vitor Manuel de Aguiar e Silva, Lisboa, Editorial Caminho, 2011.

VÍTOR AGUIAR E SILVA — A LIÇÃO DE UM MESTRE

A defesa das Humanidades não é primordialmente a celebração memorial do passado e do seu património cultural, linguístico, literário e artístico. Alimentadas e iluminadas por essa memória e pelo estudo desse património, as humanidades devem ser, na escola e na vida, arcos da abóbada do futuro. Um futuro em que o homem não seja *pós-humano*...

VÍTOR AGUIAR E SILVA*

Os estudos reunidos no volume *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa* foram escritos entre 1971 e 2010. O mais recente, inédito — «Pequena Apologia das Humanidades: Contra os Cépticos e os Dogmáticos» (p. 9-52)¹ —, não é apenas uma discreta introdução à leitura dos restantes mas, sobretudo, uma reflexão magistral, que os completa e ultrapassa, sobre o lugar e o papel das Humanidades no mundo contemporâneo e no ensino hodierno. Tendo presentes as palavras premonitoriamente proferidas por Jean Guitton («L'Europe»), segundo as quais estaríamos «não no fim de uma idade, mas no fim de uma era, e talvez mesmo no fim de um modo de existência para a humanidade»², não será difícil perceber que os temas tratados neste livro, directamente relacionados com a defesa que o Autor faz das disciplinas tradicionalmente cultivadas nas instituições de ensino superior (p. 75), nos colocam, afinal, perante uma questão maior: a do confronto entre a racionalidade humana e as profundas mutações a que vimos assistindo nas últimas décadas, de consequências imprevisíveis. Este desconforto, associado a uma preocupante ‘decomposição’ de valores tidos por universais (expressos na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, adoptada pela ONU em 10 de Dezembro de 1948) e a uma instabilidade difusa, não é fácil de explicar. Como escreve Hannah Arendt: «l'étrange fascination que la pensée du néant a exercé sur la philosophie moderne n'est pas tout uniquement la marque du nihilisme»³. É, pois, no quadro de uma envolvente reflexão sobre a modernidade e a pós-modernidade que Vítor Aguiar e Silva traça a «cartografia do conhecimento e dos saberes humanísticos», expondo os seus pontos de vista com desassombro e, como faz questão de o dizer, concedendo um «espaço especial» à filologia, inextricavelmente ligada à cultura das Humanidades — clássicas e modernas.

As páginas percuentes que consagra ao ensino da literatura, considerando os saberes que integram o seu vasto domínio e convocando escolas e teóricos, permitem-lhe concluir que este é «um ensino racionalmente organizado, coerente e progressivo, como o de qualquer ciência,

não sendo conciliável com uma concepção espontaneísta, anarquizante ou individualisticamente impressionista da aprendizagem da literatura» (p. 34). Ao propor um modelo de ensino textocêntrico, «atribui à hermenêutica uma função nuclear», em convergência com Peter Szondi (entre outros), mas sobretudo dando continuidade à ideia de «comunicação literária» que ele próprio elaborou e defendeu, excelentemente 'resumida' por Arturo Casas em «Pragmática y Poesía»⁴: «Aguilar e Silva ha defendido la fecunda idea de que la comunicación literaria, lejos de constituir — en base a nociones como las de desvío o función poética — un subsistema del sistema de comunicación lingüística, debería entenderse como un suprasistema sobre éste»⁵. Aguiar e Silva defende, produtivamente, «uma hermenêutica centrada sobre a materialidade dos textos, sobre a sua linguagem e sobre as suas formas», em estreito diálogo com a filologia (p. 35). Mas, de igual modo, uma leitura que não rejeite a inscrição do texto na tradição literária nem o diálogo com outras disciplinas ou com as outras artes — e que tenha presente que só o próprio texto poético pode conduzir a uma reflexão *radical* sobre as condições da sua possibilidade. Perante o «problema (fracturante) da relação entre a literatura e a ética», Aguiar e Silva assume uma posição incontestável, centrada, com objectividade, no leitor:

O leitor que só aceita no mundo ficcional dos textos literários a imagem especular da sua visão do mundo é um mau leitor, incapaz de compreender a legítima diversidade de crenças, dos valores e dos comportamentos dos outros e inapto para enriquecer, alargar e matizar o seu conhecimento do mundo e da vida graças aos modelos alternativos construídos e propostos pelos textos literários. (p. 44)

A experiência de leitura, como qualquer experiência humanamente profunda, é sempre ambígua, desencadeadora de sentimentos contraditórios; uma contínua oscilação entre a luz e a sombra, entre o conflito e a libertação. Uma tal duplicidade, impossível de racionalizar, é naturalmente complexa do ponto de vista teórico-literário. Basta pensar nos caminhos divergentes da estética da recepção, quer de tendência fenomenológica (de Roman Ingarden a Wolfgang Iser), quer de tendência hermenêutica (Gadamer, H. R. Jauss...). Sendo a 'figura do leitor' um constructo (pense-se no 'leitor implícito', de Iser, e na crítica severa que lhe faz Frank Kermode), é na verdade a Stanley Fish, com o seu projecto de uma «estilística afectiva», que cabe o papel de recen-trar o problema da leitura: os textos são as leituras que deles fizermos. Questão incómoda, a que Aguiar e Silva não se exime.

A organização do livro, em vez de respeitar uma estrita ordem cronológica, obedece ao propósito de pôr em destaque as áreas menciona-

das no título, abordadas, articuladamente, em ensaios que se propõem agora, a modo de balanço pessoal, como «marcos autobiográficos da [...] vida universitária» do Autor, susceptíveis de revelar «a dinâmica da construção e da evolução das [suas] ideias sobre o campo dos estudos literários» e de testemunhar a determinação com que se consagrou a «projectos educativos e culturais em que convictamente [empenhou] a [sua] inteligência, os [seus] conhecimentos e a [sua] consciência cívica» («Nota Preambular», p. 7). Alguns destes ensaios, que se revelam modelares do ponto de vista epistémico e de crucial importância não só para a reformulação urgente dos programas do Ensino da Língua Portuguesa e da disciplina de Português em vigor, como também para uma revisão dos 'Planos de Estudos' dos variados cursos de Literatura e Cultura conferentes de grau, demonstram a excepcional vitalidade do pensamento de Vítor Aguiar e Silva, eminente Mestre da Universidade Portuguesa e Autor de uma obra monumental, multifacetada e multipremiada — reconhecida, há mais de três décadas, no estrangeiro⁶.

As Humanidades são explicitamente convocadas nos títulos de mais dois estudos: «Reflexões tempestivas sobre a crise das Humanidades» (p. 53-74) e «As Humanidades e a cultura pós-moderna» (p. 75-92), ambos publicados em 2006.

No primeiro, a análise da 'crise das Humanidades' é precedida da sua circunstanciada história, desde os *studia humanitatis* (ou *litterae humaniores*), que «fortalecem e defendem a *dignitas hominis*» (p. 54), inaugurando um campo de saberes que se alargará, tendo o latim como língua veicular — «a língua da escola e da educação» (*ibidem*) —, até à *Querela dos Antigos e Modernos*, que levará à «constituição — gradual, difícil, controversa, conflitiva — das chamadas *Humanidades modernas*» (p. 57). A profunda remodelação do ensino, associada ao uso das línguas vernáculas, conduz à institucionalização das Humanidades modernas na Europa e nos Estados Unidos. No século XIX, a transformação gradativa das Humanidades em Ciências Humanas e a valorização da investigação científica (p. 71), a par de um considerável conjunto de descontinuidades em relação ao período anterior, marcam o surgimento da Universidade moderna. Ao longo da segunda metade do século XX, assiste-se à «célere massificação dos sistemas educativos», pela democratização do acesso aos diversos níveis de ensino (p. 70). A heterogeneidade social do novo público estudantil é um forte obstáculo à sobrevivência de um ensino de base humanística, que passa a ser considerado elitista por alguns sectores (sociais, políticos, económicos) e visto como a principal causa do insucesso escolar. Em (aparente) contradição com esta realidade, a crescente afirmação das ciências humanas no plano institucional e no âmbito das novas políticas de ensino conduziu

à situação actual, caracterizada, como bem sublinha o Autor, pela forte oscilação entre uma «cientificidade dura», abstracta e estiolante e «o relativismo, o scepticismo e a pulsão niilista» decorrente desse excesso (p. 72). As sucessivas reformas operadas nos vários níveis de ensino procurarão responder sem sucesso a esta nova situação, sacrificando brutalmente quer «a grande tradição das Humanidades clássicas, quer a grande tradição das Humanidades modernas fundada na filologia [...]» (p. 74). Estas minuciosas observações, que a traço grosso resumimos, concluem-se com um diagnóstico severo, que é impossível citar, aqui, na íntegra: «A ruptura entre língua e literatura [...] empobrece todas as áreas disciplinares envolvidas e prejudica irremediavelmente a formação linguística, literária e cultural dos alunos» (p. 75).

Algumas destas questões são retomadas no texto seguinte, ainda que transpostas para o contexto cultural *pós-moderno*. No prolongamento de uma reflexão anterior⁷, Aguiar e Silva debruça-se sobre os conceitos de *pós-modernidade* e *pós-modernismo*, remetendo-nos para os principais autores que deles se ocuparam (Jean-François Lyotard, entre outros⁸) e sublinhando, com oportunidade, a recente generalização, «a todas as esferas da sociedade», de um fenômeno próprio do capitalismo burguês que Marx e Engels tinham descrito nas primeiras páginas do *Manifesto do Partido Comunista* (p. 78). A síntese objectiva que elabora apresenta-se como o retrato impiedoso do tempo presente, ensombrado pelo definhamento da ética e a desregulamentação social. A crise das Humanidades não é alheia à dependência das Universidades relativamente a uma poderosa oligarquia financeira, que investe nelas à medida dos seus interesses, instáveis quando não contraditórios, arrogando-se o direito de ditar as regras que as devem reger (p. 78-82). Depois da era positivista, que culminou com uma racionalidade *instrumental* e desumanizante (a razão e a ciência escravizaram o sujeito até à sua anulação), assistiu-se à eclosão reactiva de uma 'nova' ideia de sujeito (um «eu» hiper-identitário, individualista, nacionalista, integrista, tribal). Torna-se assim urgente restabelecer o equilíbrio entre a 'razão' abstracta e uma subjectividade *diálogica*; e, contra a 'barbárie' actual, refundar uma sociedade baseada em valores civilizacionais permanentes, que salvaguardem a ética e assegurem o progresso harmonioso do homem, sem as desigualdades afeitivas que tendem a agravar-se de forma insanável. É aqui que, na lúcida perspectiva de Aguiar e Silva, as Humanidades poderão desempenhar um papel decisivo, contrariando o actual estado de coisas e resistindo às sentenças de morte que, desde a segunda metade do século xx, sobre elas se têm abatido, *et pour cause*:

Neste limiar do século xxi, as Humanidades, clássicas e modernas, devem assumir sem ambiguidades ou vacilações a sua memória cultural,

académica, escolar e profissional, sabendo eliminar os resíduos apodrecidos ou mortos que se depositam com o tempo em todos os campos disciplinares, abrindo-se às inovações do conhecimento devidamente validadas, dialogando sem qualquer complexo de inferioridade com outros saberes e domínios do conhecimento, trazendo os seus contributos próprios à sociedade e à cultura contemporâneas, mesmo se — eu diria sobretudo se... — para criticar, contestar e denunciar, em termos de racionalidade e de responsabilidade intelectual, rumos porventura hegemónicos dessa sociedade e dessa cultura que sejam ilegítimos, perniciosos e ofensivos da dignidade humana. (p. 90)

As considerações que são feitas acerca da hegemonia dos *Cultural Studies* nas Universidades americanas e nas conexas europeias merecem alguma atenção. Este domínio de estudos, que apostou (e aposta) na criação de megadepartamentos, rendeu-se a uma lógica empresarial que subjuga os estabelecimentos de ensino superior (públicos e privados) e pode levar à extinção, a curto prazo, dos Departamentos de Humanidades, em alinhamento com múltiplos interesses políticos e económicos à escala global. O Autor voltará a este assunto num ensaio subsequente, não deixando contudo de perfilar o ponto de vista de Edward W. Said, o qual nos «deixou uma luminosa lição sobre o valor cultural, ético e cívico das humanidades e do humanismo, sobre a relevância da filologia», tão injustamente estigmatizada, «e sobre a relevância [...] da hermenéutica nos estudos literários» (p. 87).

É precisamente «*Sobre o regresso à Filologia*» que nos fala o texto seguinte (p. 93-106), uma conferência proferida em homenagem a Amadeu Rodrigues Torres e cujo título remete, como esclarece o Autor, para um ensaio de Paul de Man de grande repercussão («*The Return to Philology*»)⁹. Esta concentrada história da filologia — área científica com um papel central no domínio das Humanidades e das Ciências Humanas e ramo do conhecimento atingido por sucessivas reformas do ensino universitário em Portugal, que culminaram, já depois do 25 de Abril de 1974, com o Decreto de Sotomayor Cardia (em que a designação de 'Filologia', até então reservada aos cursos de Licenciatura em *Línguas e Literaturas, Clássicas e Modernas*, é substituída pelo «termo científicamente vazio de 'Estudos'»)¹⁰ —, gizada desde os seus primórdios, prolonga-se até à actualidade. O Autor traçan-nos o percurso da sua 'reabilitação', através de um exigente crivo, referindo autores cujas perspectivas estão longe de convergir, quer teórica, quer metodologicamente: de Bernard Cerquiglini (*Éloge de la variante*, 1989) e da *new philology*, que nele se inspira, como admite o próprio Stephen Nichols (*Speculum*, 1990), até Edward Said (1935-2003)¹¹, discípulo de Auerbach e grande hermeneuta, cujo método «abre as

portas à compreensão e à crítica do texto na sua *textualidade* e na sua *mundanidade (worldliness)*» (p. 106). A explanação do Autor é urdida como uma defesa solidamente argumentada da filologia, embora sem sonegar os excessos do passado — uma filologia a que chama «pós-imperial» e que deve reivindicar um «papel primordial [...] na análise do texto literário», de modo a conferir uma base sólida ao «labor hermenêutico». E fá-lo com a esperança firme de que ela possa «regressar com legitimidade e com dignidade às nossas Universidades, figurando como disciplina nos planos de estudos dos cursos de graduação e pós-graduação e figurando nas especialidades de doutoramento» (p. 93-106). Num cenário optimista, esse regresso poderia operar uma transformação qualitativa do ensino e contribuir para reverter o seu depauperamento actual, favorecendo o reatamento com a tradição das Humanidades. Como escreveu Terêncio, *homo sum, humani nihil a me alienum puto*. Lição agudamente actual, num tempo em que o humanismo claudica por definhamento da ética e do exercício isento da razão. Daí esta conclusão auspíciosa: «há re-gressos que são pro-gressos. Assim entendo o regresso à filologia e o regresso da filologia» (p. 106). Note-se que alguns dos pontos aqui aflorados serão desenvolvidos num outro ensaio deste mesmo livro.

Os estudos culturais e os estudos literários são abordados em dois ensaios que se completam e onde são aduzidas com desassombro e imparcialidade as razões do declínio destes últimos: «Genealogias, Lógicas e Horizontes dos Estudos Culturais» (p. 107-46) e o inédito «Horizontes de Uma Nova Interdisciplinaridade entre os Estudos Literários e os Estudos Linguísticos», datado de Junho de 2008 (p. 147-69). No primeiro, após uma douta explanação sobre a relação entre cultura e literatura (Vico, Herder e alguns mais) e a subsequente distinção entre os conceitos de 'civilização' (de matriz iluminista) e 'cultura' (de matriz anti-iluminista), com as suas derivações e derivas, Aguiar e Silva faz uma justa evocação de Hernâni Cidade (1887-1975), professor de várias gerações de universitários «que orientou o seu labor em conformidade com um ideal ou com um modelo [...] culturalista dos estudos literários»; e cujas *Lições de Cultura Portuguesa* (1933) conheceram «merecida fortuna crítica e pedagógica» (p. 111)¹². A correlação, «de matriz neo-romântica e idealista», que este estabelece entre cultura e literatura, na senda de Matthew Arnold, comparece como um factor poderoso de unificação e de coesão nacional, de que decorre «a íntima união da história e da cultura» (*apud* Aguiar e Silva, p. 112). Não é, contudo, na «tradição arnoldiana, leavista e eliotiana das inter-relações dos estudos da cultura e [...] da literatura, assente numa concepção de cultura como um conjunto de valores fundacio-

nais e normativos» (p. 114) que se inscrevem os *Cultural Studies (cs)*, cujos «enquadramento sociológico e [...] alcance são profundamente anti-eliotianos» (p. 116). Aguiar e Silva descreve o seu trajecto *ab origine*, desde os *founding fathers* (Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson), até à constituição, em 1964 e sob a direcção de R. Hoggart, do cccs (Center for Contemporary Cultural Studies), no âmbito do Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, graças ao apoio mecenático da editorial Penguin Books. Professor daquela Universidade, Hoggart é o único dos fundadores dos *cs* «que não teve militância política nem aderiu ao ideário marxista» (p. 122). Apesar da valorização que faz «da literatura popular e do seu estudo» (*ibid.*), não põe jamais em causa os estudos literários, que continuaram a representar a componente *major*. Com o seu sucessor, Stuart Hall, o cccs, agora «como instituição de ensino pós-graduado e investigação», tentará capitalizar os saberes e metodologias de diversas escolas, mas rejeitando a supremacia de qualquer uma delas e transformando-se num departamento de Estudos Culturais pertencente à área da *Social Science*» (p. 123). Nesta perspectiva macrossocial, o ensino passa a «centrar [...] a sua atenção na cultura popular contemporânea e no fenómeno das subculturas como estilos de vida de grupos sociais e etários» (*ibid.*). Assiste-se, em simultâneo¹³, à promoção da investigação em novos campos, dentro de uma perspectiva que se configura «como um projecto de militância social e política inscrito na área da *nova esquerda*, virulentamente anticonservador, antiliberal e neomarxista» (*ibid.*). Nas páginas seguintes, Aguiar e Silva refere as circunstâncias em que se verifica a diáspora dos *cs* para as Universidades dos Estados Unidos, onde dão cobertura «aos mais desencontrados campos de estudo e ensino» (p. 127), encontrando «terreno propício» para medrar «no clima das *PC Wars* que agitaram o mundo académico norte-americano nas duas últimas décadas do século xx» (p. 125). Reforçando orientações anteriores, multiplicam-se numa imprevisível variedade de estudos: feministas, étnicos, pós-colonialistas, comunicacionais, antropológicos, etnográficos, etc., alguns deles 'desviados' de áreas específicas já anteriormente consagradas, e «só marginalmente [...] se interessando pela literatura e pelos estudos literários» (p. 125). O seu êxito culmina durante a última década do século xx, ao beneficiarem de «uma autêntica indústria publicitária e editorial» que faz crescer as vendas (nas livrarias e nos *book-stores*) e leva ao aparecimento de revistas financiadas pelas indústrias da cultura (cf. p. 130).

Por um 'efeito bumerangue', assiste-se simultaneamente a um retorno dos *cs* ao ponto de partida, a Inglaterra, aí desempenhando o papel de «trincheiras» políticas contra o neoliberalismo *thatcherista* até ao fim da década de oitenta (cf. p. 128). O lugar de hegemonia que

os CS conquistaram nos Departamentos e o apoio institucional que obtiveram permitiram a criação de redes interuniversitárias (no âmbito da investigação do Ensino Superior e do Processo de Bolonha), transversalmente organizadas em redor de interesses e objectivos comuns. Este facto dificultou, quando não impidiu, a criação de projectos alternativos, no campo das Humanidades e dos Estudos Literários, significando, na prática, o triunfo da visão pragmática anglo-saxónica sobre a visão humanista da Europa mediterrânea e centro-europeia.

Antony Easthope, que proclama o fim dos estudos literários em obra que merece a atenção crítica de Aguiar e Silva, enferma dessa «visão miopemente anglocêntrica e sobretudo americanocêntrica do paradigma dos estudos literários, dogmaticamente desenhada a traço grosso»¹⁴ (p. 136). Acabaré contudo por reconhecer os seus excessos num livro posterior, *The Illusions of Postmodernism* (1996), facto positivo, sublinhado por Aguiar e Silva, mas que não invalida a análise incorrecta a que procede do *new criticism*, tomado como único paradigma dos estudos literários. O facto de ignorar deliberadamente outras escolas e movimentos do século XX (o formalismo russo, a Escola de Praga, o estruturalismo francês, além dos contributos de outras áreas de saberes já consagradas, tais como a antropologia, a sociologia, a psicologia...) concorreu para «desacreditar a secular tradição humanística que realça os benefícios antropológicos, éticos e sociais do conhecimento da literatura» (p. 137). As importantes observações de Aguiar e Silva acerca do «cânone» (atacado por T. Eagleton e A. Easthope, entre outros) podem ser sintetizadas neste passo:

O cânone é um conceito historicamente construído, que tem como objectivos fundamentar e legitimar o próprio funcionamento da literatura e regular ou disciplinar as variações do gosto, dos valores e dos júdzios literários, mas que é móvel e alterável em virtude de múltiplos factores que impelem o cânone a *in-corporar* e a *ex-corporar* normas, convenções e modelos de escrita e de representação e, por isso, a incluir e a excluir autores e obras. (p. 140)

Não é através de lógicas de poder associadas a qualquer tipo de ideologia (Pasternak, Céline, Borges, Thomas Mann, Hermann Hesse, Hermann Broch, Camus, Pessoa, Saramago são todos grandes escritores do século XX) e da instrumentalização de áreas disciplinares que sobrevivem «uma espécie de pântano teórico, cognitivo e metodológico» (p. 143) que a questão do cânone se resolverá. O problema dos CS é que, na ânsia de romper com a tradição, não foram capazes de criar um objecto epistémico definido e estável: «centram-se no presente, esgotam-se no presente, proíbem o estudo do passado [...] a menos que

esse passado seja inscrito no presente e 'lido' como se fosse um 'texto' do presente» (p. 144). Como bem sublinha Aguiar e Silva, os CS «incorreram em dois erros estratégicos»: primeiramente, em nome de um «radicalismo populista pseudomarxista, abriram uma guerra que não podiam ganhar com a tradição da cultura da poesia e da literatura do Ocidente» (p. 144). Em segundo lugar, «uma imprudente ambição institucional, 'invadiram' os territórios [...] vizinhos» (p. 145) e hostilizaram os Estudos Literários com o propósito de os substituir. Perante este triunfal avanço dos CS, apoiado em estratégias de poder concertadas, qualquer argumento de natureza científica invocado pelos Estudos Literários se esfumaría nessa vasta e proteiforme 'floresta de enganos'. Tudo isto com altos custos para os estudos universitários.

Contudo, na conclusão da sua bem fundamentada análise, o Autor admite que «o diálogo dos estudos culturais e dos estudos literários, nas suas especificidades, nas suas diferenças, nas suas complementaridades e nas suas iluminações mútuas só pode ser enriquecedor para ambos os campos» (p. 146). Para isso, é necessário que os CS, que deram contributos positivos para a renovação ou criação de novos campos disciplinares, sempre que procuraram ser fiéis a uma genuína matriz marxista, renunciem a novas tentações hegemónicas que estão longe de contribuir para o prestígio tão necessário da Universidade.

O inédito «Horizontes de Uma Nova Interdisciplinaridade entre os Estudos Literários e os Estudos Linguísticos» merece a nossa maior atenção. Começando por uma explanação sobre o termo «disciplina» — desde a sua etimologia até ao seu significado actual (nos planos epistemológico e metodológico) —, o Autor faz uma breve história dos saberes ministrados nas Universidades, desde a Idade Média até ao presente. E constata que o modelo de Universidade «como arquipélago do conhecimento», justificado pela dinâmica disciplinar que, vinda do século XIX, se reforça e prolonga nas primeiras décadas do século XX (p. 148), vai perdendo a eficácia a partir do princípio da década de 60. Perante novas realidades sociais e científicas, a rotura explosiva do paradigma de organização universitária tradicional acaba efectivamente por se consumar com a crise de Maio de 68. Se são, sobretudo, as universidades norte-americanas que retêm a sua atenção, os factos em análise não são estranhos à realidade da Universidade portuguesa, hoje plenamente integrada no sistema de Bolonha. Escalpelizando os conceitos de «multidisciplinaridade», «transdisciplinaridade» e «interdisciplinaridade», o Autor aponta os riscos que corre esta última, não obstante a sua inquestionável fecundidade: o deslize para um «eclectismo porventura brilhante [...] mas superficial»; e a indesejável «anexação imperialista de um campo disciplinar por outro, quer por competição entre si dos poderes institucionais instalados, quer pela

imposição de projectos de construção holística do conhecimento», ao arreio da «racionalidade científica» (p. 151).

Nas páginas que se seguem, dedicadas à Filologia, o Autor retoma o assunto de um ensaio anterior (cf. *supra*: «*Sobre o regresso à Filologia*»), procurando traçar a sua história mais próxima, marcada pela crescente autonomização da Linguística com vista à afirmação inequívoca da sua científicidade. Depois de evocar os nomes de grandes filólogos, espanhóis e portugueses, Aguiar e Silva refere as circunstâncias em que o paradigma dos estudos filológicos é posto em causa pelo modelo ascensional da linguística de Saussure. Se os *Cours de linguistique générale* (1916) lhe conferem a almejada base científica, isso é conseguido à custa de uma proclamação que fez caminho até hoje: «la philologie est en défaut sur un point: elle s'attache trop servilement à la langue écrite et oublie la langue vivante»¹⁵. Apesar desta crítica (sublinha o Autor), Saussure nunca «contestou a relevância da língua literária para a linguística» (p. 156), tendo «perseguido, no silêncio, durante muito tempo, o segredo das construções anagramáticas ou hipogramáticas de muitos poemas» (p. 157). O projecto subsequente, e afinal malogrado, da «construção de uma ciência da literatura» (desde a ambição científica da «poética» de Valéry até ao Estruturalismo literário); o divórcio progressivo entre a linguística (com a multiplicação dos seus campos de especialização) e os estudos literários; a fragmentação do saber, com a criação de grupos e guetos disputando territórios de poder, merecem páginas de extrema lucidez, que deixam um alerta para a necessidade do diálogo em vez da confrontação, de modo a reatar uma tradição humanística que o pós-modernismo (no seu afínco antitotalitário) «suspendeu».

A defesa intransigente e teoricamente fundamentada dos estudos literários, pensados nas suas relações com outros campos do saber (a filosofia da linguagem; a filosofia da retórica; a semiótica; a semântica; a pragmática; a linguística hjelmsleviana, a linguística cognitiva), e a referência aos valiosos contributos de figuras tutelares destes mesmos estudos (E. R. Curtius, Roman Ingarden¹⁶, Mikhaïl Bakhtine, Northrop Frye, Wayne Booth, Gadamer, entre outros)¹⁷ ocorrem no âmbito de uma visão integradora e prospectiva, que reforça a ideia positiva de que elas são imprescindíveis num mundo que se deseja mais humano e verdadeiramente plural.

Na impossibilidade de comentarmos, um a um, os ensaios que passamos a enumerar, recomendamos vivamente a sua leitura, porque todos eles constituem valiosos instrumentos de reflexão e trabalho para quem se consagre ao ensino do Português e da Literatura Portuguesa nos diversos níveis de ensino: «Língua Materna e Sucesso Educativo»

(p. 171-9); «O Texto Literário e o Ensino da Língua Materna» (p. 181-205); «Teses sobre o Ensino do Texto Literário na Aula de Português», as quais são «uma espécie de decálogo ou de via-sacra com dez estações para meditar e ganhar esperança» (p. 207-32) e um guia ‘prático’ para o sucesso de uma pedagogia interactiva; «As Relações entre a Teoria da Literatura e a Didáctica da Literatura: Filtros, Máscaras e Torniquetes» (p. 217); «O ‘Naufrágio’ de *Os Lusíadas* no Ensino Secundário» (p. 249-54); «A Poesia no Ensino» (p. 255-8); «Os Programas de Literatura Portuguesa no Ensino Secundário» (p. 259-69).

São três os ensaios consagrados à língua portuguesa: «Contributos para Uma Política da Língua Portuguesa» (p. 293-307); «Ilusões e Desilusões sobre a Política da Língua Portuguesa» (p. 309-25); e «Da Língua na Política à Política da Língua» (p. 327-39). Fazendo uma útil resenha da política da língua, desde a era imperial, marcada pela visão esclarecida de D. Manuel I, até ao colapso do Império (lembrando o Decreto do Marquês de Pombal, de 17 de Agosto de 1758, pelo qual o português se torna o idioma oficial do Brasil, sem que a independência, em 1822, o venha pôr em causa) e focando ocasionalmente aspectos relevantes da gramática histórica, Aguiar e Silva lembra, citando António Houaiss, que «não há proprietários de uma língua, pois todos os que a falam são co-proprietários, não podendo nenhum invocar privilégios ou superioridades absolutas sobre ela» (p. 299). É nesta perspectiva que se inscrevem as recomendações quanto a uma urgente regulamentação da política da língua, de acordo com as seguintes prioridades: definir os «objectivos estratégicos» do Instituto Camões, «com dotações orçamentais apropriadas e [...] recursos humanos» que permitam «realizar uma política coerente e eficaz da língua e da cultura portuguesa no estrangeiro» (p. 304); impulsionar a presença de universidades portuguesas em vários países da CPLP; e, finalmente, «ver na língua portuguesa [...] um capital simbólico que, sem rasurar uma memória histórica com as suas luzes e as suas sombras», favoreça «a cooperação multilateral», abrindo caminhos «de desenvolvimento social, económico, cultural, científico e tecnológico» (p. 307) que reforcem a união em torno de objectivos comuns.

O texto que tem por título «A ‘Leitura’ de Deus e as Leituras dos Homens», publicado, em 1987, nas páginas desta revista (p. 227-32), é uma espécie de *requiem* pelo *neu-criticism* e pelos vários formalismos europeus, que vão sucumbindo face ao «triunfal retorno do contexto», ainda que por caminhos incoincidentes. E é sobre a noção de ‘contexto’ que aqui se fala, contornando Aguiar e Silva a perturbante afirmação do autor de *Blindness and Insight*: «The possibility of reading can never be taken for granted» (De Man, 1971¹⁸), para nos recolocar em terreno mais firme: nenhum leitor competente «pode elidir, ou colocar entre

parênteses, a sua *exotopia* e a sua *exocronia*, pois é nelas e mediante elas que existe como leitor» (p. 232). E o que tem isto a ver com Deus? É que, como explica Aguiar e Silva a propósito de Borges — e do conto «Los teólogos» (*El Aleph*), «o mesmo texto, num contexto, fez exaltar o seu autor como guardião da fé e, noutro contexto, condenou-o a morrer na fogueira purificadora» (p. 232). No conto de Borges, a disputa teológica em que se envolvem Aureliano, o ortodoxo, e Juan de Panonia, o herege, termina com a morte dos dois: um, condenado à fogueira e o outro, fulminado por um raio. Só que, no céu, para onde vão ambos, já não há tempo nem 'contextos', e Deus é incapaz de os distinguir...

No estudo «Texto e Contexto na História Literária» (p. 233-41), Aguiar e Silva adentra-se pelo historicismo romântico para descrever, desde o significado etimológico, a noção de «contexto». A importância que este adquire na História Literária explica-se pela convicção de que a obra deve ser compreendida na sua situação histórica, isto é, a partir de circunstâncias e factores que lhe são externos. Se Sainte-Beuve foi a grande figura da crítica romântica, com os seus famosos «portraits littéraires», Gustave Lanson, o implacável indagador de «les ailleurs de l'œuvre» (como um dia escreveu Barthès), foi o criador controverso da metodologia positivista, segundo a qual «o conhecimento do contexto [...] habilita o historiador literário a conhecer com objectividade 'a personalidade verdadeira' e o 'papel histórico' do texto literário» (p. 237).

Ultrapassada a fase do radicalismo teórico antipositivista e não estando a obra literária ao abrigo de circunstâncias e acontecimentos concretos (mas, sim, imersa no tempo que a viu nascer, mesmo que possa vir a transcendê-lo), Aguiar e Silva procura enumerar os contributos teóricos que se lhe afiguram importantes para uma revalorização, fundamental e inadiável, da relação entre *texto* e *contexto*, de indiscutível valor para os estudos literários contemporâneos (p. 237). A questão do contexto vai ao encontro da questão do cânone, abordada no ensaio «Variações sobre o Cânone Literário» (p. 243-7). Como se sabe, não é a qualidade puramente estética de uma obra que determina a sua pertença à 'literatura' ('infelizmente', escreve Nelson Goodman, a maior parte das obras de arte são más'). Qualquer literatura nacional é constituída por obras maiores, que resistem ao tempo pelo potencial de novidade que encerram, pela sua complexidade, pela sua perfeição; e obras menores, sintonizadas com a moda, o 'gosto', ou o 'espírito da época'. Aguiar e Silva, começando por lembrar a importância dos instrumentos tradicionais da «regulação canónica da cultura linguístico-literária», pondera a relação entre *literatura* e *valor* (T. S. Eliot, como se sabe, separava-os). Os critérios de avaliação estética (que determinam o 'valor' de uma obra) são divergentes, diacronicamente mutáveis e fálgiveis, o que obriga a readjustamentos cíclicos do cânone. Num quadro de reflexão teórica amplo

e sólido, o Autor dá-nos uma visão equilibrada da questão, sublinhando que «a 'verdade' do cânone é sempre *filia temporis*» (p. 244).

No campo literário, a tensão entre o centro e as margens depende da intervenção de múltiplos factores (sociais, económicos, ideológicos, políticos), do poder académico e de um poder mediático cada vez mais forte (com os seus prestimosos *opinion makers*), mas cujas regras são cada vez mais confusas. Daí que Aguiar e Silva alerte para as condições em que decorre «a construção do cânone literário [...]», sempre efectuada a partir dos valores, dos critérios e dos júzgos de um tempo presente, o que implica necessariamente a contingência e a mobilidade de qualquer cânone (p. 244). Focando os conflitos gerados em torno do cânone literário nos EUA, pela natureza multiétnica e multicultural da sociedade, o Autor sublinha a necessidade do aprofundamento constante do *diálogo intercultural*, contra «a catástrofe do rolo compressor da globalização imperialista» (p. 247), porque «todas as comunidades têm direito à sua memória e ao seu passado para construírem o seu presente e projectarem o seu futuro [...]»; e, por conseguinte, ao seu cânone literário» (*ibid.*).

No texto «Portugal, País de Poetas? Revisão da Poesia dos Séculos XVII, XVIII e XIX» (p. 271-92), o Autor apresenta-se como um simples «leitor bem informado a viajar pela poesia portuguesa» (p. 276), mas não se coíbe de tecer judiciosas considerações (por vezes 'anticanónicas'), acerca de Escolas e poetas. Deixando de lado aqueles poetas a quem consagraram estudos eruditos¹⁹ e ensaios modelares (Camões e Jorge de Sena), recentemente distinguidos, além de prefácios consagrados a poetas contemporâneos, sublinharia o destaque que dá a Antero de Quental que, sobretudo com os *Sonetos*, faz regressar à língua portuguesa «o anjo fulgurante e terrível da poesia» (p. 292).

Dentro desta linha de pensamento, não nos surpreende que o ensaio que fecha o volume, «A Minha Língua é Portugal» (p. 341-50), seja um magnífico elogio do nosso idioma, em que a erudição se cruza com o conhecimento profundo da literatura portuguesa. Vítor Aguiar e Silva não prescinde de lançar um olhar atento sobre a situação actual do português, no intuito de avaliar as hipóteses da sua sobrevivência «na Europa e no resto do mundo, como *thesaurus* comum a diversos povos, como instrumento de comunicação nacional e internacional, como espaço de diálogo intercultural» que necessita de um Portugal «fiel às sua raízes históricas e aberto ao grande vento da Europa e do mundo» (p. 350).

É a esta luz revivificadora que podemos ler — e reler — os magistrais estudos deste livro.

Maria João Reynaud